

MULHERES, NEGRAS E GESTORAS: PORQUE SIM!

Letícia Godinho e Renata Souza-Seidl
Organizadoras

Belo Horizonte
Fundação João Pinheiro | 2021



“O que você tem que fazer daqui para frente?” Penso na minha filha. E que não vou conseguir poupar de algumas dores. Então, como comunicar para ela que vai doer? E como dar para ela esses recursos?

Assim eu vejo as mulheres do meu terreiro, por exemplo. Você vai conversar com elas e estão sangrando, perderam alguém, a vida está difícil. Mas é para fazer alguma coisa? Então vamos fazer. E fazer bem-feito, pelos outros. Então, um ponto forte das mulheres negras é entender que o que não te mata, o que não te destrói, te fortalece. Não é com todas as mulheres negras, não é uma questão universal, mas é o espírito, está para além de nós. Minha mãe me fala uma coisa muito bonita: “Vamos, minha filha, está doendo, mas levanta, vai fazer. Não quero nem saber, vai dar um jeito”.

Apesar de ser muito cuidadosa no que é prático da vida, minha mãe é durona, nunca foi muito de adular. Mas foi interessante quando ficou sabendo que eu estava grávida. Um dia virou para mim e disse assim: “Ser avó é a melhor coisa que existe. Por que quando a gente é mãe, tem medo. E quando é avó, a gente tem a sensação de que fica imortal”. Que a gente imortaliza! É ela falando dessa coisa, dessa sensação de ancestralidade pela chegada da neta.

Se minha filha vivenciar um mundo menos opressivo; com mais chance do que eu de fazer determinadas escolhas; de ter acesso a determinadas coisas que sinto muito não ter descoberto mais cedo... Se a Joana tiver os horizontes mais alargados, a luta da minha avó valeu a pena, a luta da minha mãe valeu a pena. Então, é essa a perspectiva de que não se encerra em mim; de que eu estou fazendo para um outro que vai colher daqui a duas gerações. Acho isso um ponto forte das mulheres negras.



Consigo pegar aspectos que poderiam ter sido elementos de grande derrota na minha vida, de grande fraqueza e falar: “Não! Vou fazer alguma coisa com isso e vai render algum fruto”. Aprendi isso com as mulheres lá de casa, vendo a história de vida da minha mãe e da minha avó. São mulheres que podiam ter se dobrado muito antes, e continuaram. Cabe a mim, ir mais além.

Palestra sobre mulheres e poder. Barbacena, 2018.

Crédito: Acervo Pessoal

Patrícia Maria de Souza Santana

Mônica de Cássia Costa Silva

Marina Alves Amorim

6

PATRÍCIA MARIA DE SOUZA SANTANA

1. História familiar e pessoal

Pais e irmãos

Eu nasci em Belo Horizonte, no dia 17 de dezembro de 1964. Foi no Hospital São Francisco, no bairro Concórdia, onde morei durante parte da minha vida. Minha mãe conta que chovia muito no dia do meu nascimento, faltou luz e era dia de jogo do Atlético. Não tinha médico, quem fez meu parto foi uma parteira – ainda tinha essa prática de ter parteira no hospital.

Meus pais são vivos até hoje, graças a Deus. A minha mãe nasceu em 1938. Ela é filha de um pai retirante nordestino, que veio do interior de Pernambuco no *pau de arara*. Naquela época, nas grandes secas do Nordeste, as famílias tinham o hábito de doar os filhos para outras famílias, para tentar garantir a sua sobrevivência. Meu avô não aceitou aquela situação e

acabou fugindo, bem rapazinho. Foi andando por vários lugares até chegar aqui em Minas Gerais. Primeiro, chegou em Nova Lima e foi trabalhar na Mina de Morro Velho. Depois, veio para Belo Horizonte. Ele trabalhou como carcereiro e aprendeu a ler com os presos. Então, entrou para o Corpo de Bombeiros e ficou até se aposentar. Minha mãe conviveu pouco com a minha avó, que faleceu quando ela tinha 7 anos.

Minha mãe, hoje aposentada, estudou até o quarto ano “de grupo”, como se dizia antigamente. Ela era dona de casa, teve quatro filhos. Durante muito tempo, para complementar a renda, lavava roupa, fazia faxina. Depois de um período, minha mãe viu que não dava para sobreviver assim e resolveu trabalhar fora. Naquela época, isso era tabu. Meu pai não gostava, chegou a dizer que isso era humilhação. Mas ela enfrentou tudo e foi trabalhar. A partir daí, houve uma mudança nas nossas vidas. Não que ela tivesse ganhado muito dinheiro, mas isso criou um outro tipo de mentalidade. Minha mãe nos incentivou muito a não depender de ninguém. Ela falava: “Não dependam de ninguém, muito menos dos homens para sobreviver, para comprar um shampoo, um absorvente. Então, estude, faça um concurso público”. A presença dela, nesse sentido, é muito forte, para mim e para meus irmãos também. Minha mãe tem o modo dela: é uma pessoa que não gosta muito de ler, mas tem essa sabedoria da vida que foi construindo. Ela falava que queria ter sido cantora. E quando éramos crianças, a gente ensaiava teatro, cantava as cantigas da infância dela.

Meu pai nasceu em 1937. Ficou órfão de pai muito cedo, com apenas dois anos. Aos 11, já era arrimo de família e ajudava minha avó a sustentar a casa. Ele trabalhou como serralheiro e se aposentou muito tarde, com mais de 70 anos. Meu pai também só estudou até o quarto ano “de grupo”, mas gostava muito de ler. Lia livros e jornais todos os dias, inclusive aos domingos. Naquela época, tinha o Jornal Diário da Tarde e, aos finais de semana, o Estado de Minas, que líamos juntos. Ele é um dos responsáveis pelo meu hábito de leitura. Falava uma coisa da qual eu nunca me esqueci: que se pudesse, teria estudado Geografia. Até hoje, ele lê muito e tem um conhecimento do mundo, uma posição política que construiu por si próprio.

Somos quatro irmãos: três mulheres e um homem. E mais duas irmãs fora do casamento dos meus pais. Eu sou a terceira filha. Depois de mim, tem o irmão caçula.

A minha irmã mais velha é formada em Letras. Ela foi a responsável por uma série de coisas na nossa vida, porque foi a primeira a começar a trabalhar, em um cargo público. Ela era datilógrafa, fez concurso e trabalhou na já extinta Delegacia Regional do Ministério da Educação, e contribuiu muito financeiramente para as despesas da casa. A vida era muito difícil. A gente não passava fome, mas era uma família muito pobre. Ela introduziu em nossas vidas as coisas culturais, como teatro e shows.

Minha outra irmã, a gente fala que é a mais inteligente da casa, é professora da PUC¹. Muito dedicada aos estudos, estudou no Cefet², uma escola que foi construída para atender filhos de operários, mas cuja seleção foi ficando tão difícil que as pessoas tinham que pagar curso preparatório. Minha avó pagou este curso para ela entrar e foi uma vitória muito grande para a nossa família.

O meu irmão teve uma trajetória escolar diferente. Era um menino inteligente, brincava demais e, por questões que não sabíamos muito bem, demorou para concluir o ensino fundamental. Começou a trabalhar muito cedo como *office boy* e se casou muito cedo também. Mais tarde, fez o curso superior e se formou em Geografia e atualmente é professor da rede pública.

Meu pai teve um relacionamento com uma moça de Montes Claros e teve duas filhas. Ela veio a falecer quando as meninas eram pequenas. Minha mãe ficou com a menor, que tinha 5 anos. Minha avó paterna ficou com a mais velha, de 8. Foi um período difícil, porque elas não se adaptavam, não estudaram. A mais nova ficou um tempo sumida e só recentemente reapareceu.

Marido e filhos

Sou casada e conheci meu marido em uma reunião do Grupo de União e Consciência Negra, uma história meio inusitada. Ele era frei franciscano e fazia parte do grupo dos agentes pastorais negros. Ainda estava no convento quando começamos a namorar. Por causa de uma divergência política interna, ele e os outros noviços saíram do convento. Depois de uns dois anos de namoro, resolvemos morar juntos. Eu tinha 24 anos e ele, 27. Casamos dois anos depois, tanto no civil quanto no religioso. Ele é professor e um homem negro. Estudou Filosofia e História na PUC e leciona na rede pública. Tivemos dois filhos: um menino e uma menina.

Meu filho Victor nasceu em 1992. Ele mora em Franca, interior de São Paulo. Quando estava terminando o ensino médio profissionalizante na área tecnológica, disse que não queria seguir esse o caminho e foi fazer Medicina. Ele foi aprovado em 2015 em uma universidade municipal de São Paulo – Uni Facef. Ele iria se formar neste ano de 2020, mas com a pandemia só se formará no ano que vem. Da turma dele, é um dos poucos estudantes negros. Entraram 4 e só continuam 3, em uma turma de muitos estudantes. Ele está seguindo o sonho, persistindo e, no ano que vem, vou ter um filho médico. O Victor não é muito da militância. Seu envolvimento fora da universidade tem a ver com o fato de ser espírita. Sempre participou das atividades da casa espírita, do coral, da mocidade e, mesmo em Franca, continua seguindo a religião. Ele tem uma visão social muito grande, sabe da importância e do significado de ser um futuro médico negro.

1 Pontifícia Universidade Católica.

2 Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais.

A minha filha Maíra nasceu em 1999. Sempre muito esperta, inteligente, curiosa com as coisas. Também escolheu o curso do ensino superior que ela queria. Ela sempre gostou da área internacional e fez Relações Internacionais na UFMG. Mas, no terceiro período, descobriu que não era o curso que queria. Então, foi estudar para fazer outro vestibular. Hoje, ela cursa Design Gráfico na UEMG³. Fez militância no movimento estudantil, é do movimento negro feminista. Atualmente, a Maíra faz uma militância diferente, não tão engajada, em um grupo específico.

A construção da identidade a partir do território: o bairro Concórdia

Meus pais são do Concórdia, um bairro operário com forte presença da cultura negra. É um pouco a história da minha avó paterna, nascida em 1912, que saiu da favela Barroquinha, na Barroca, no entorno da Avenida do Contorno. Nos processos de construção de Belo Horizonte, não era permitido ter favela no cinturão da Contorno. Então, a família da minha avó, que já era mocinha, foi transferida para o Concórdia. Naquele tempo, era considerado longe, distante, mas hoje é bem perto do Centro. Ela falava que o bairro era pasto da cavalaria. Era tudo difícil, as pessoas tinham que andar muito para chegar aos lugares onde trabalhavam. Mas foi lá que eles ficaram, constituíram-se e organizaram-se. A minha mãe também é do Concórdia, mas do outro lado, porque é uma região bem grande.

Como era um bairro de pessoas negras, a presença e a convivência com essa cultura eram muito fortes. A gente participava das festividades da cultura afro, do congado⁴. Saíam sempre as guardas no mês de maio e acompanhávamos do portão, participávamos, subíamos a rua para ver. E o boi, que existe até hoje? A gente adorava brincar! Ao mesmo tempo, corríamos com medo. Acompanhávamos todas as celebrações no terreiro da Dona Cassimira, antes de ser da Dona Isabel⁵. Ficava em uma rua logo após a nossa.

Na minha rua, a gente contava nos dedos o número de pessoas brancas. O jeito solidário das famílias foi muito marcante em nossas vidas. Antigamente, as pessoas passavam muita dificuldade mesmo, faltava água, comida, muita coisa, mas as famílias se ajudavam, existia uma rede de solidariedade muito grande, uma luta diária para sobreviver. Lembro muito da minha mãe, minha

3 Universidade do Estado de Minas Gerais.

4 Congado. É uma mistura das festas trazidas pelos africanos escravizados com a religiosidade cristã colonial. Suas origens remontam a um rito africano, no qual os súditos faziam um Cortejo aos Reis Congos, a fim de agradecer os seus governantes.

5 O Reinado Treze de Maio é um dos mais tradicionais representantes da tradição do Reinado, na cidade de Belo Horizonte e no estado de Minas Gerais. Sua história remonta ao ano de 1944, no Bairro Concórdia, com a fundação da “Guarda de Moçambique Treze de Maio de Nossa Senhora do Rosário” pela Preta Vêia Maria Cassimira das Dôres, ou Vovó Cassimira. Sua filha, Isabel Casimiro das Dores Gasparino, foi Rainha Conga de Minas Gerais e vice-presidente da guarda. Fonte: <https://santaterezetem.com.br/2018/05/11/festa-do-reinado-13-de-maio-de-n-s-do-rosario/>

avó, minha madrinha, que era benzedeira, no Dia de Cosme e Damião, fazia saquinhas de doce para distribuir. Era uma rede de solidariedade muito forte, que tem muito a ver com a cultura do bairro também.

No Concórdia, tem um catolicismo meio popular, de cultivar os santos populares. Mas na questão religiosa, não tivemos a influência afro-brasileira do bairro. Fomos todos criados na tradição católica. Fizemos a primeira comunhão, depois crisma, essas coisas todas. Minha mãe era “filha de Maria”, meu pai era “coroinha”⁶ de igreja. Mas tinha preconceito. Mesmo sendo uma família negra, tinha aquela ignorância de nos manter distantes da religião de matriz africana, que seria o Candomblé. A gente intuía que tinha familiares que faziam parte da Umbanda, mas era muito silenciado. Cresci sem essa influência e, depois de adulta, resenti-me de não ter tido tanto contato, em um bairro com essa tradição tão forte. Eu me ressinto um pouco, porque acho que ficou faltando um pedaço. Se eu tivesse um pouco dessa criação dentro do Candomblé, da própria Umbanda, do que tinha no bairro, talvez eu me sentiria mais completa. Mas não foi assim, o caminho foi todo católico.

A construção da identidade a partir das referências: a influência da família e das artistas negras

A formação da minha identidade negra vem desde criança. Sempre tive muito incentivo em casa, muitos elogios a mim, aos meus cabelos. Minha mãe fazia penteados, tranças, cachos. Minha tia, já falecida, foi uma grande referência. Uma mulher negra muito bonita, que andava muito bem arrumada. Minha madrinha ouvia muita música negra, Tim Maia, Martinho da Vila, Jorge Ben e os cantores americanos. Sempre que tinha festa na casa dela, chegavam aquelas mulheres negras que pareciam de cinema, de cabelo *black*, com aquelas batas. Elas nos influenciaram, apesar de não termos muita noção dessa influência. Aquela estética bonita, afirmativa e as músicas ficaram guardadas na minha memória.

Quando criança, cortava e alisava o cabelo. Não podia ter cabelão com trança, porque falavam que não era bom. *Tacava* alisante, rolinho, ferro quente, *henê*⁷, tudo que você imaginar, para o cabelo ficar arrumado – e cabelo arrumado era alisado. Já adolescente, a minha irmã mais velha resolveu assumir o cabelo crespo. Quando saiu toda a química do cabelo, eu me lembro dela falando de como gostou de tomar banho, lavar o cabelo e sair ao ar livre, sentindo o vento bater nele molhado. Cabelo molhado? Nem pensar naquela época! Tinha que estar esticado, alisado. Eu também decidi parar de alisar o cabelo. Aos 15 anos, comecei eu mesma a fazer umas tranças. Aos

6 Ritos e atividades da tradição da igreja católica.

7 Produto cosmético capaz de colorir e alisar o cabelo a partir de processo químico.

16 anos, já fui me modificando. Aos 17, tinha conseguido tirar toda química e deixá-lo crespo. Esse foi o primeiro movimento. E, curiosamente, quem mais falou e tripudiu do nosso cabelo crespo foram as pessoas da família, não os colegas da escola. A gente chegava na casa da minha vó e os vizinhos falavam: “Uai, vocês não vão arrumar o cabelo mais não? O cabelo de vocês era tão bonito”. E eu respondia: “Ué, mas tá arrumado!”.

Eu e minhas irmãs paramos de alisar e íamos ao salão *black* para fazer cortes diferentes. Começamos a gostar e não nos víamos mais de cabelo alisado. Pouco depois, comecei a participar do movimento negro e encontrei um espaço de reafirmação de tudo aquilo que já estávamos vivendo sozinhas. Tinham as tranças, os coques para cima e tive a possibilidade de ser assim também. Nas oficinas, a gente conversava muito sobre autoestima e a importância de se assumir como é.

No início da década de 1980 começaram as campanhas para o censo demográfico. Nele, a população negra não aparecia, porque não se declarava. Havia uma campanha nossa, do Movimento Nacional: “Declare sua cor, não esconda sua raça para o censo do IBGE”. E começou o processo das pessoas se afirmarem como pretas ou pardas – levou anos para começar essa autodeclaração.

A Clara Nunes teve um papel fundamental na minha vida e na construção da minha identidade negra, principalmente quando ela voltou da África, toda diferente esteticamente. Deixou o cabelo crespo e começou a cantar músicas mais ligadas às referências das religiões de matriz africana. A Zezé Motta também foi uma inspiração quando fez aquela novela como par romântico do Marcos Paulo, e houve uma grande rejeição. A gente ouvia no ônibus “como pode o Marcos Paulo beijar aquela macaca?”. A gente não interferia, mas sentia aquele peso e ficava com uma indignação muito grande. Teve a Sandra de Sá, que foi classificada em um festival com músicas que falavam de questões raciais. A gente começou a ver como eram bonitas aquelas mulheres. Começamos a nos inspirar nas pessoas de dentro da própria militância, que eram lideranças, artistas. Eram referências na questão da estética e a gente começou a se vestir e a se produzir de uma forma diferente. Mais coloridas, com tecidos africanos, brincos e colares – que sempre gostei muito. A estética também é política. Eu não tinha a consciência da estética enquanto política, mas era isso de se mostrar como é, com orgulho, sem vergonha. Era um movimento político. Quem contribuiu muito no início foi minha própria irmã e o movimento negro em si. Minha irmã mais velha começou a conviver com alguns colegas que faziam essa discussão racial. Os filmes, os livros. A escola contribuiu *zero*, muito pouco, teve pequena participação nesse processo.

2. Trajetória Escolar

Meus pais sempre nos incentivaram a estudar. Diziam que não podiam dar nada, mas que garantiriam que continuaríamos estudando. Meu pai comprava material escolar e sabe Deus como fazia para pagar. Naquela época, no início da década de 1970, tinha que comprar tudo: livros e cadernos. Não existia esse programa de distribuição de material escolar, tal como hoje. Minha mãe matriculou a gente no pré-primário, em uma escolinha no bairro que funcionava dentro de uma igreja metodista. Lá havia uma espécie de pátio, duas salinhas, uns brinquedinhos. Pagavam uma mensalidade, mas era irrisória. A professora morava no bairro, era muito carinhosa e atenciosa. Não havia preocupação com a alfabetização como hoje, em que se ensina as crianças a lerem muito precocemente. Era socialização, brincadeira, desenho, tudo muito gostoso.

Como eu era muito independente, ia sozinha para escola. A aula começava 13h05 e às 12 horas eu já estava na porta da escola. Minha mãe não interferia para falar: “Ó tá muito cedo para você ir”. Eu achava que tinha que sair cedo de casa, porque não gostava de chegar atrasada. Dá para ter uma ideia do tanto que eu gostava de estudar.

Nos primeiros anos do ensino fundamental, estudei na Escola Estadual Benjamin Guimarães, que também ficava no bairro. Era um pouco mais longe, mas também ia sozinha e chegava cedo. Eu adorava estudar, nunca faltava. Não lembro de ter faltado até a terceira série, pois mesmo doente eu ia para a escola. Aprendi a ler cedo, fui uma das primeiras da turma a aprender, gostava de ler histórias. Escrevi uma redação que participou de um concurso da Secretaria de Educação e foi



Primeiro Ano na escola do bairro Concórdia.

Crédito: Acervo Pessoal

publicada em uma revista. Não tivemos acesso a essa revista, mas nunca me esqueci disso. Eu adorava a professora da primeira série. Era uma professora branca, que recebia todas as crianças na porta da sala e dava um beijo e um abraço. Mas, na quarta série, tive uma professora de que não gostava, houve muito conflito com ela. Não externalizado, porque naquela época eu não abria a boca, era muito quieta, calada, tinha medo de ser chamada à atenção, mas achava ela brava, muito ruim, xingava as crianças e puxava as orelhas.

Em 1976, aos 11 anos, eu fui para a Escola Estadual Olegário Maciel, no centro da cidade. Minha mãe pediu para minha irmã mais velha me levar um dia. Ela me levou, mas não me buscou e disse: “Você viu o caminho e agora vai voltar sozinha”. Acho que essa foi a forma que a minha mãe encontrou de a gente crescer independente. Lembro que fiquei um pouco perdida, dei uma volta danada para voltar para casa.

Era o período da ditadura militar, portanto a escola era administrada por militares. Mas foi uma experiência boa. Eu me lembro da professora Isabel, de Práticas Industriais, que era muito atenciosa. Os alunos costumavam ser invisíveis na sala de aula, principalmente os negros. Era praticamente impossível haver algo mais próximo com professor, mas essa professora Isabel tinha uma relação muito carinhosa comigo. Também me lembro de outra professora à qual tinha uma admiração muito grande, de Português, negra e casada com um interventor da escola. Ela foi a responsável pelo meu gosto pela leitura, incentivava-me a ler.

Quando fiz 13 anos, fui transferida equivocadamente para o turno da noite. Não era para estar à noite com 13 anos de idade, era para estar de manhã. Cheguei à escola e não vi o meu nome na lista do turno da manhã. Minha mãe foi à escola, mas não deram muita explicação. Então, descobri que meu nome estava no turno da noite. A aula acabava às 23 horas. Uma menina de 13 anos andar naquele baixo Centro era perigoso, mas eu continuei. Minha mãe trabalhava fora, meu irmão era muito pequeno e eu decidi ficar à noite mesmo para ajudar a cuidar dele e fazer as coisas em casa, mesmo sendo muito jovem.

No turno da noite, estudavam as pessoas que reiteradamente repetiam de ano, o que não era meu caso. Convivi com estudantes mais velhos que eu, com uma outra cultura, todos completamente diferentes do que era comum no diurno. A maioria fumava, matava aula e eu era aquela mesma menina quieta e calada. Acabei me tornando um destaque na sala, porque os alunos não estavam nem aí e eu sempre gostei de estudar. Tirava as melhores notas e fazia tudo. Virei a referência. Acho que, por causa disso, eu não sofri tanto com a discriminação racial dos colegas nesse período. Eles me respeitavam, porque eu era calada, tímida, tirava notas boas e, sempre que precisavam, eu estava lá para ajudar.

Éramos poucos estudantes negros, mesmo no noturno. Apesar de ter um pouco mais de negros, a maioria era branco. Ainda não havia a democratização do ensino, em que todos têm acesso à escola pública. Era preciso fazer uma prova de seleção para ser admitido, então a maioria não era de meninos negros. Tive uns dois professores negros nessa escola. No ensino fundamental como um todo, foram quatro professores negros. E até hoje eu me lembro de todos, porque eles acabam sendo a referência para mim.

No ensino médio, eu fiz prova de seleção no Estadual Central e no Instituto de Educação, pensando em cursar magistério. Passei no Estadual Central, e voltei para o turno diurno. Foi uma experiência muito rica e bacana, porque o Estadual Central era a escola da liberdade. Lá circulava uma outra cultura, mais engajada politicamente, apesar de ser ditadura. Tinha cultura, tinha auditório, levavam peças de teatro, shows, palestras, biblioteca muito rica, a convivência com colegas de diversos lugares, porque vinham pessoas do interior estudar em Belo Horizonte. Tudo muito diferente.

No ensino médio, o gargalo de estudantes negros ficou ainda pior. Para se ter ideia, no primeiro ano havia no máximo seis estudantes negros. No segundo, uns três. E no terceiro, uns três também. Hoje, a gente faz essa reflexão sobre a juventude negra e como isso é um reflexo desde lá de trás. Eles começavam a trabalhar muito cedo e não chegavam ao ensino médio. O racismo ali presente, expulsando estudantes negros, interrompendo sua escolarização.

Essa fase foi rica, de fortalecimento, de vontade de entrar na faculdade. Quando eu estava no terceiro ano, havia a possibilidade de fazer teste vocacional. Eram vários encontros com estagiários de Psicologia, até traçar um perfil de qual seria a tendência para fazer a faculdade. E para mim deu tudo área de Humanas: Serviço Social, Letras, Direito e História.

Eu resolvi fazer História. Prestei o vestibular e fui aprovada na UFMG. Estudei no prédio antigo da Fafich⁸, no bairro Santo Antônio. Foi outro mundo que se abriu, outra realidade completamente diferente, outras cabeças, vivências, outras coisas. Nessa época, eu já morava no Bairro São Gabriel. Minha família já tinha se mudado para lá quando eu tinha oito anos, mas eu fiquei com a minha avó no bairro Concórdia até os 11 anos, quando me mudei para o São Gabriel, um bairro de difícil acesso; e eu já estava no curso superior, no período noturno, muito pesado e difícil. Tinha que trabalhar de dia para pagar os *xerox* e as passagens.

Chegar à universidade foi um divisor de águas para mim, devido a tudo que ela proporcionou e eu aproveitava tudo: debates, cursos e fui monitora de Sociologia do ciclo básico, uma oportunidade acadêmica boa. Depois, engajei-me no projeto de educação para adultos na Faculdade de Engenharia,

8 Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas.

tinha bolsas também, tudo para complementar a renda. Apesar de vários colegas falarem que queriam fazer pesquisa, eu tinha tudo muito definido para mim. Queria fazer licenciatura, ser professora de escola pública. Essa era a forma de dar uma contribuição e ter um engajamento social mais forte. Identifiquei-me bastante com a área da pedagogia, da educação, participei com muito vigor, gostava de tudo.

3. Engajamento político e militância

Meu engajamento político começou em 1981, no Estadual Central. Eu já tinha um envolvimento com as pastorais dentro da igreja católica, que mantinham uma forma de diferente atuar. Era a época das Comunidades Eclesiais de Base, da Teologia da Libertação. Fui pendendo para essa versão mais politizada das pastorais, fui da Pastoral da Juventude e depois da Pastoral Universitária. Os grupos de jovens tinham esse caráter da convivência. E como eu descobri que, a partir desses grupos, eu podia fazer parte de movimentos mais políticos, eu saí um pouco da questão religiosa e tendi às questões políticas. Devo muito da minha formação política a esses grupos da igreja. Com 16 anos, eu fiz curso sobre desemprego com o Eduardo Suplicy⁹, na Igreja São José. Eu ia para as discussões sobre Política e Igreja, Fé e Política, movimento que existe até hoje, em que se discutiam todas as tendências políticas no Brasil e a importância da vinculação da igreja com a política. Eu participava dos seminários, cursos e comecei a fazer essa leitura sobre política.

Entrei para a universidade em 1984; em 1987, então, eu comecei o engajamento com o movimento negro. Eu fazia parte do Centro de Estudos Históricos, uma espécie de Diretório Acadêmico. Faltava um ano para o centenário da abolição e começamos a conversar sobre o que poderíamos organizar para as comemorações. Fizemos, junto com um professor de Antropologia, um seminário chamado “O Negro na História, Racismo e Ensino”. Esse professor ajudou a convidar pessoas que eram referências no Brasil. Então, comecei a frequentar o Grupo União e Consciência Negra (Grucon). Fui convidá-los para o seminário e nunca mais saí, e ali iniciei a minha militância no movimento negro.

Foi fundamental na minha vida, eu passei a ter uma outra visão da História, de mim mesma, da importância dessa discussão. Abriu outro portal de engajamento. Foi lá que tive contato com várias lideranças que são referências para mim e são meus amigos até hoje. Eu tinha 22 anos, era estudante de História e foi muito importante.

⁹ Política brasileiro, filiado ao Partido dos Trabalhadores (PT), do qual é um dos fundadores; economista e professor universitário. Foi senador e atualmente é vereador da cidade de São Paulo.

Eu fiz parte de algumas organizações do movimento negro. Já professora, iniciei um engajamento muito forte na educação para as relações raciais. Nos anos 1990, começamos um grupo de educadoras negras e a constituição do Centro de Referência da Cultura Negra, uma organização que já não existe mais. Paralelo a isso, eu fazia parte do N'zinga Coletivo de Mulheres Negras, que tem mais de 30 anos. Existe até hoje, mas acabei me desligando depois de um tempo. E hoje, integro a Rede de Mulheres Negras de Minas Gerais, que é um movimento que vem, desde 2015, com a Marcha Nacional das Mulheres Negras. Em 2018, aconteceu uma rearticulação dessa rede aqui em Minas Gerais, a partir de Belo Horizonte, com vários encontros e reuniões, e em setembro conseguimos fazer o Encontro Estadual de Mulheres Negras de Minas Gerais. Neste ano de 2020, com a pandemia, a rede se congrega mais virtualmente. É uma rede que integra outras organizações de mulheres negras do Estado.

Dentro da universidade, eu faço parte do Programas Ações Afirmativas na UFMG. A minha trajetória acadêmica, inclusive o mestrado e o doutorado, foi feita na UFMG, na Faculdade de Educação, onde está localizado o Programas Ações Afirmativas. Não é uma organização do movimento negro, mas é uma organização muito forte e potente dentro da universidade.

4. Trajetória Profissional

Em 1986, eu havia feito um concurso federal e comecei a trabalhar no extinto Inamps¹⁰. Era um cargo com salário baixo, mas tinha plano de saúde, auxílio-creche, benefícios que me fizeram ficar durante 10 anos por lá. Eu trabalhava 6 horas no Inamps e comecei a lecionar no período noturno, em 1989, ano seguinte à minha formatura. Era uma escola municipal em Betim. Era muito difícil, porque era longe, no período noturno, eu demorava para chegar em casa. Até tentei fazer o bacharelado logo que me formei na licenciatura, mas não consegui conciliar, porque já estava casada, dando aula, trabalhando.

Foi uma primeira experiência nesse sentido, porque eu já tinha trabalhado por três anos com educação de adultos e era muito diferente. Ensinei a adolescentes que tinham uma trajetória escolar de muita dificuldade. Senti um impacto. Mas fui criando um *know how* para ser professora de adolescentes, o que não é fácil sem a ajuda das pessoas. Eu ia tentando. Às vezes dava certo, outras não. Penso que deveria haver outra forma de receber professores que estão iniciando a carreira.

Em 1990, eu entrei para a Prefeitura Municipal de Belo Horizonte. Eu fiz um concurso logo que me formei na faculdade e fui chamada. Comecei em uma na Escola Municipal localizada no

¹⁰ O Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social (INAMPS).

Bairro Céu Azul. Também no período noturno, e estava ocorrendo o processo da primeira eleição direta para a direção da escola. Foi aí que consegui fazer um engajamento muito grande com uma das pessoas que iria se candidatar e ela tinha um projeto muito bacana para a escola. Comecei a me engajar politicamente com a educação pública. Havia muitas discussões sobre projetos e políticas pedagógicas. Mas não foi uma fase fácil, porque quando a gente está começando, leciona as disciplinas que estão “sobrando” na escola. Naquela época, ainda havia a disciplina de Moral e Cívica e de OSPB (Organização Social e Política Brasileira). E eu era professora de Moral e Cívica, OSPB e História do ensino fundamental, do ensino médio científico e do ensino médio magistério. Era muita complexidade para uma professora iniciante. Eu tinha 25 anos, para vocês terem uma ideia.

Mas fui aprendendo, conversando muito com os próprios estudantes, às vezes eles mesmos sentavam e conversavam, faziam críticas: “Olha, tem que melhorar isso e mudar aquilo”. Sofri muito, pensei até em desistir, mas segui em frente e consegui fazer algumas coisas importantes.

Quando meu filho nasceu, em 1992, eu tive que sair dessa escola e ir para outra no período diurno, também na região de Venda Nova. Nessa, eu consegui fazer um trabalho mais efetivo, talvez por ter sido uma das melhores experiências profissionais como professora que tive na vida. Acompanhei um grupo de alunos da 5ª a 8ª série que era mais ativo. Mantemos um vínculo até hoje, foi uma experiência muito importante. Eles já estão com trinta e tantos anos. Nessa escola, eu era professora de História e consegui trabalhar um pouco as temáticas de racismo, consciência negra e todas essas discussões que eu sempre tinha tentado fazer antes. Atuei na coordenação de área de Geografia e História, que foi uma experiência muito boa também.

Eu resolvi me candidatar à diretoria da escola, junto com outra colega, uma professora negra. Foi um processo bem difícil, a gente sofreu racismo e toda forma de preconceito e discriminação. Essa colega, que se candidatou comigo, até o fato de ela ter cinco filhos foi levado para os debates:



Aula-oficina sobre relações raciais. Belo Horizonte, 2005.

Crédito: Acervo Pessoal

“Como uma mãe de cinco filhos iria dar conta de ser diretora de uma escola?”. A gente perdeu e foi um processo bem traumático, mas que me ensinou muitas coisas.

Na chapa vencedora, a nova diretora que iria assumir acabou desistindo. Precisavam fazer uma recomposição e indicar alguém para assumir como vice-diretora. E indicaram o meu nome. Eu já tinha toda proposta de ter uma escola mais voltada para as questões sociais, para as condições dos estudantes, que eram muito difíceis, a tentativa de implantar alguns projetos institucionais para discutir identidade negra e racismo.

Passados dois anos como vice-diretora, eu me candidatei a diretora, fui eleita e fiquei mais dois anos. Entre vice-diretora e diretora, foram quatro anos só nessa escola, na gestão. Uma escola pública, com pouco recurso financeiro. Foi um momento complicado, mas nós conseguimos projetos muito importantes. Demos um acolhimento maior para os estudantes, pensamos na inclusão, na democratização das possibilidades de participação. Por exemplo, naquela época até para fazer excursões a gente tinha que pagar para aqueles alunos que não tinham condições financeiras. Hoje em dia, isso mudou. Mas naquela época a gente tinha que dar um jeito. A gestão teve essa marca, essa proposta de abranger o maior número possível de estudantes, de tentar não excluir ninguém.

Em 2001, quando eu fui para o mestrado, pedi licença de um dos meus cargos e, no outro, fui trabalhar na Secretaria Municipal de Educação de Belo Horizonte. Era um projeto de formação de professoras que trabalhavam em creches, para garantir que elas tivessem certificação em Educação Infantil. Fiquei por três anos e, depois, a convite da equipe da Secretaria, fui coordenar o Núcleo de Relações Étnico-Raciais e de Gênero. Isso foi em 2004, já tinha um ano que a lei 10.639/03¹¹ tinha sido promulgada pelo governo de Luiz Inácio Lula da Silva.

Havia uma movimentação nacional para a efetivação dessa lei. Eu fiquei quatro anos na coordenação do núcleo. Era uma frente ampla, de muitos trabalhos, de muitas ações e, principalmente, com muito investimento na formação de professores na temática: garantia de material pedagógico para ser distribuído nas escolas; organização de espaços de discussão e formação, tanto de estudantes, quanto de professores; tentativa de fixar a discussão e a temática racial dentro da política pedagógica da Secretaria de Educação; de enfrentamento ao próprio racismo institucional presente ali, naquele espaço; discussões mais amplas com a população negra e com os movimentos da cidade.

Logo em seguida a essa experiência da Secretaria de Educação, ao final de 2007, eu recebi um convite da Regional Norte para assumir, junto com outra colega, a direção da Escola Municipal Florestan Fernandes. A escola havia sofrido um processo de intervenção e a direção foi afastada.

¹¹ Estabelece a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira na Educação Básica.

Fiquei na direção dessa escola por quatro anos. Também não foi fácil, era um local muito marcado pelos problemas na gestão. Havia um grupo de professores muito instável, que não ficava na escola. A maioria dos estudantes eram negros, com famílias chefiadas por mulheres, a maioria beneficiária do Bolsa-Família e com o entorno muito marcado pela violência. Era complexo. Foram muitos enfrentamentos e vários desafios. Durante essa gestão, implementamos, a partir de 2008, um projeto institucional na temática étnico-racial e promoção da igualdade racial. Um projeto que teve reconhecimento nacional e recebeu várias premiações.

Depois que acabou essa experiência, eu não quis me candidatar ao cargo novamente. Voltei para a sala de aula e estou nela até hoje. Eu me aposentei de um cargo e atualmente estou como Coordenadora do Programa de Escola Integrada, que iniciou em 2018 e terminará neste ano de 2020. Eu voltei para a sala de aula de 2012 até 2017. Essa é a minha trajetória na Prefeitura de Belo Horizonte.

Enfrentamento do preconceito, racismo e machismo no ambiente profissional

Na minha trajetória profissional, o primeiro contato foi com o machismo. Eu comecei a lecionar relativamente nova. E quando eu comecei a dar aula no período noturno, os meus alunos tinham uma idade muito próxima à minha. Foi preciso aprender a lidar com toda aquela questão do assédio. O racismo, eu enfrentei muito de perto quando comecei a lecionar na segunda escola da prefeitura, em Venda Nova. Como eu era muito propositiva e fazia de tudo para realizar alguns projetos, percebia um clima que tinha a ver com a minha insistência de realizar projetos na temática racial. Mas nada tão explicitado assim, algo que a gente lê nas entrelinhas. O que eu considero ser uma particularidade do nosso racismo. Mas quando eu fui para a Secretaria de Educação com a proposta de pensar em um projeto para a implementação da lei 10.639/03, aí eu senti o racismo mais forte e presente. O que não é só das pessoas, mas da instituição em si. Como o racismo institucional está instaurado, eram frequentes os boicotes às atividades que a gente fazia.

Uma das primeiras ações amplas, abertas, voltadas para as cidades, com os professores das escolas, foi a Primeira Mostra de Literatura Afro-Brasileira, em 2004. Construimos essa mostra a muitas mãos e conseguimos organizar uma programação muito bonita, que congregava os professores e os alunos. Convidamos escritores do Brasil inteiro, ilustradores, com realização de debates, palestras, filmes, oficinas e tudo que vocês poderiam imaginar. Mas percebi, nos dias que iam se seguindo na programação, uma defasagem muito grande no número de participantes. Quando nos reunimos para fazer a avaliação, constatamos que houve boicote na divulgação por parte de pessoas e equipes que ficaram com a função de fazer a divulgação, de incentivar as escolas a participarem. Fomos percebendo que as pessoas deixavam para divulgar em cima da hora, e

muitas das pessoas que deveriam estar lá, presentes, não estavam. Entendemos que o trabalho ia ser muito maior do que o que estávamos fazendo.

Nesse momento, começamos a aprofundar mais sobre o racismo institucional. Iniciamos uma formação de gestores dentro da Secretaria de Educação, voltada para a temática racial. Fizemos um planejamento, uma formação bem organizada, para sensibilizar os gestores que estavam na Secretaria de Educação, nas nove regionais que estavam à frente das diretorias pedagógicas de educação, equipes de formadores que estavam nos centros de formação dos professores. Montamos um planejamento para formar, sensibilizar com conteúdo, com teoria e com possibilidades práticas para poder enfrentar o racismo. Firmamos um acordo com a Secretaria para realizar a formação em um formato de curso, com toda uma proposição de enfrentamento ao racismo institucional. Seguimos, mas enfrentávamos muitas situações em que o racismo se revelava de forma velada.

Outra situação foi com relação a um projeto que elaborei, porque naquele período havia muito recurso vindo do MEC, do FNDE¹², destinado às Secretarias para a promoção de cursos mais consistentes, com carga horária maior. Eu elaborei um projeto de formação para professores e bibliotecários da rede municipal, uma formação com carga horária de mais de 120 horas. Estava tudo certo, passou por todos os trâmites. No MEC, estava praticamente aprovado e uma pessoa responsável pelo projeto me ligava insistentemente dizendo: “olha, está tendo problemas na questão do orçamento, tem que pedir a pessoa responsável por isso para poder rever”. Eu respondia: “Mas a gente já pediu”. Aí, dizia: “Você tem um dia para resolver isso, senão vai perder o projeto”. Depois descobri que a pessoa responsável por isso não tinha dado a mínima atenção. Tinha passado vários outros projetos de outras áreas e outras temáticas e o nosso estava lá, *empacado*. Eu tive que fazer uma pressão interna muito grande, contatar pessoas para conseguir *desencalhar*, vamos dizer assim, esse projeto, resolver o problema que tinha sido apontado pelo MEC e conseguir realizar o curso.

O racismo não é explícito. Eu até preferia que fosse, porque a gente enfrentaria mais diretamente. Mas são esses meandros, melindres, coisas que ficam nas entrelinhas e que nos prejudicam muito. E era muito recorrente por parte de algumas gerências, em um nível hierárquico superior, falarem: “Ah, vocês só falam disso, só falam em racismo, querem ver racismo em tudo. Tudo de vocês é isso”.

Depois, enfrentei uma situação muito emblemática, porque uma das coisas que conduzimos como política pública foi a composição de um conjunto de obras teóricas e literárias chamadas de *Kit de Literatura Africana e Afro-brasileira*, a partir de 2004. Começou com uns 20 títulos, foi

12 Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação.

aumentando, até que em um dos últimos que eu participei tinham mais de 120 títulos, enviados para todas as escolas da rede. Tem duas questões interessantes sobre esse *kit*: a primeira, é que eles chegavam em muitas escolas e as diretoras falavam que queriam devolver, porque as professoras delas não iriam ler aquele tipo de material. Ou ficavam empoeirando em um canto das salas das direções, sendo que o lugar deles deveriam ser as bibliotecas, com toda orientação para que as bibliotecárias dessem visibilidade aos *kits*. Descobrimos que muitos ficavam encaixotados. E a outra questão foi com relação ao livro *Manual de sobrevivência do negro no Brasil*, de Maurício Pestana. Era cheio de quadrinhos, de desenhos e em uma das páginas, ele aborda a violência policial. Uma professora de uma das escolas denunciou o livro como desrespeitoso à Polícia Militar.

Começou todo um processo de embate com a Polícia Militar, e ninguém queria assumir aquela discussão. Como se tratava de uma política da Secretaria de Educação, quem deveria fazer uma conversa, seria quem estava em uma instância superior. No fim, eu tive que fazer a discussão. Primeiro, fizemos uma reunião interna com um grupo que discutia a violência nas escolas e tinha uma relação mais estreita com a polícia. Era uma política da Secretaria de Educação. Eles disseram: “Pois é, a questão com esse livro está atrapalhando a relação que estamos construindo com a polícia, que estava correndo muito bem, uma relação amigável”. Eu respondi: “independentemente de vocês estarem com essa proximidade, é um fato real. A polícia é responsável pela violência racial também. A gente tem casos historicamente comprovados de violência explícita da polícia por motivação racial”.

Fizemos essa discussão interna, foi muito tenso e eu percebi que, naquele grupo, eu não teria apoio. Então fomos, juntamente com uma representante da Secretaria de Educação, fazer uma conversa com um tenente coronel da Polícia Militar, na Praça da Liberdade. Eu sabia que a pessoa que me acompanhava não falaria nada, e a discussão ficou toda comigo. Foi uma coisa! Não sei de onde eu tirei força. Mas, em nenhum momento, eu abri mão da minha posição, apesar de estar à frente da alta patente da polícia. Isso é muito intimidador. Ele todo paramentado, com aquelas medalhas, em um ambiente que é aquela coisa toda disciplinar da polícia, e eu expus toda a minha posição. Falei que o livro abordava a questão da violência policial e que eles deveriam concordar que, historicamente, a polícia tinha uma contribuição muito forte nesse processo do racismo, por reproduzir e produzir essa violência, tendo como alvo, principalmente, as pessoas negras, a juventude negra. Já, naquela época, há 15 anos, fazia-se essa discussão.

Foi muito intenso, porque havia até uma posição de retirar os livros das escolas. Mas, ao mesmo tempo, além de ter feito aquela conversa, eu fiz uma articulação nacional. Disparei e-mail para todo mundo, para o Ministério da Justiça, para todas as organizações do movimento negro, expondo a situação. Houve uma articulação extramunicipal que fez com que o governador na época

falasse: “Não, a gente não vai instaurar a censura aqui no nosso Estado, então esse livro fica. Não vamos mexer com isso”. Mas foi tudo muito tenso, porque foi como se todo o projeto em torno do que o livro representava, o que estava por trás de toda uma política de implementação da lei 10.639/03 fosse uma posição minha. Não foi um assumir institucional da Secretaria da Educação. Eu, Patrícia, tive que fazer um enfrentamento praticamente sozinha naquele momento.

É o que chamamos de racismo, primeiro em instância estrutural; mas tem essa outra instância, que é o racismo institucional. E que se mostra muito forte, emblemático e recorrente. No momento das definições das políticas pedagógicas, a gente queria aprofundar na questão da alfabetização, e na secretaria havia todo um investimento nesse setor. Dizíamos: “Se olharmos as pesquisas, a maioria que não está alfabetizada são meninos negros, então essa discussão tem que entrar”. E aí eles já colocavam de lado: “Ah! Vocês veem racismo em tudo, tudo tem que colocar”.

Eu ia tentando estratégias para enfrentar o racismo institucional. Uma delas, era conquistar pessoas-chave dentro de outros núcleos, como o de Alfabetização, Juventude, Meio Ambiente etc. E essas pessoas se tornavam um pouco as defensoras dessa discussão, dentro dos seus núcleos. Mas eu ousei fazer uma avaliação que se esse racismo institucional tivesse sido enfrentado com mais profundidade, hoje, em Belo Horizonte, teríamos caminhado muito mais. Porque, parece, há uma situação que vai e volta. E problemas recorrentes, principalmente na questão da equidade, que são muito difíceis de enfrentar. Existe uma desigualdade educacional enorme, que atinge os estudantes negros e brancos diferentemente. Mas foi um processo desafiador, quase pioneiro. Um grupo anterior já tinha uma experiência, uma oportunidade de avançar. E quando começou esse projeto do Núcleo de Relações Étnico-Raciais e de Gênero, nós fomos com uma equipe grande, disposta e investindo muito, mas o racismo institucional impediu um avanço maior. Os meninos negros continuam sendo os mais prejudicados, o racismo nas relações interpessoais continua sendo recorrente, inclusive na relação professor e aluno, e as dificuldades de algumas escolas em assumir um projeto institucional como está previsto em lei.

A implantação de um projeto referência na promoção da igualdade racial nas escolas de Belo Horizonte: o legado

Na segunda escola em que fui diretora, a vice-diretora também era negra. Quando entramos para nos apresentar, escutamos: “Olha, duas diretoras negras”, em um tom depreciativo. E foi isso também que acabou nos estimulando a criar o projeto institucional na escola, em 2008, para a promoção da igualdade racial, que atualmente é um projeto referência não só em Belo Horizonte, como no Brasil. Mas, também, eu vi estranhamento da nossa presença ali dentro. Ter duas diretoras negras é pouco comum ainda, infelizmente. Apesar de serem cargos que não têm altos salários, nem prestígio, ainda são ocupados por pessoas brancas. A gente conseguiu institucionalizar, na escola,

um projeto voltado para as relações raciais e para a promoção da igualdade racial. Eu deixei o cargo de direção em 2011. Nós estamos em 2020 e esse projeto continua, mesmo já tendo passado por mais três gestões diferentes.

Eu tenho muito orgulho de ter conseguido aprimorar esse projeto, que é feito durante o ano inteiro, não em uma data específica. Que todos os estudantes participam, todos os professores realizam, a comunidade se engaja. O projeto foi premiado. Só na época da minha gestão, ele recebeu dois prêmios: um na categoria Professor, em 2010, e outro na categoria Gestão. E, ainda, recebeu um selo da Secretaria Especial de Promoção da Igualdade Racial, em 2011, como escola que promove a igualdade racial. Foi a única escola que recebeu este selo em Minas Gerais. Ganhou, também, o selo “BH Sem Racismo”, da prefeitura de Belo Horizonte, por várias vezes. É um projeto que tem vários filmes produzidos sobre ele. Houve cobertura do Canal Futura, da TV Minas, rádios, publicações em revista e um artigo publicado na revista eletrônica da ABPN – Associação Brasileira de Pesquisadores e Pesquisadoras Negras.

E tem o retorno positivo dos estudantes. De vez em quando, a gente tem contato com os estudantes da época. Eles me falam como foi importante, como os impactou. Eu acho que esse é o meu maior orgulho. Não os prêmios, mas o reconhecimento dos estudantes, que começaram a descobrir sua identidade racial e a se posicionar a partir das experiências que viveram naquele período. Isso não é pouca coisa! Eu tenho um depoimento de uma ex-aluna que se formou em Nutrição recentemente e ela disse como os projetos da escola influenciaram na definição de sua carreira, no processo de se assumir negra, de assumir a estética negra e de ter um posicionamento quanto a questões raciais. A gente também instituiu um concurso de cabelo crespo e cacheado, há cinco anos. Várias estudantes trazem depoimentos sobre o processo de assumir o cabelo crespo, a partir do concurso. Os professores também falam como foi marcante na experiência profissional e de vida, como o projeto os influenciou a fazer esse trabalho em outras escolas nas quais trabalham. Apesar de todos os desafios, porque quando a gente conta é bonito, mas o processo foi muito desafiador. Então, eu penso que o mais bacana disso tudo é marcar a vida das pessoas.

O protagonismo e a força das mulheres negras na educação

As pesquisas vão revelando que as temáticas raciais chegam às escolas por meio da atuação das pessoas negras. E, mesmo que se torne um projeto institucional, são originadas pelas pessoas negras. Colegas negros e negras têm histórias semelhantes à minha e isso faz uma diferença enorme. Inclusive, o meu mestrado foi sobre a trajetória de professoras negras e como essas trajetórias impulsionam as professoras a ter posicionamento frente à discussão racial, tanto nos relacionamentos pessoais quanto nos profissionais. De serem as primeiras a provocarem essa discussão e esses movimentos em suas escolas. Eu acredito nessa força, sim! E eu acredito, que se

fizer de novo essa pesquisa que eu fiz nas escolas de Belo Horizonte, há mais ou menos vinte anos, eu penso que o resultado vai ser o mesmo. Só de ver nos seminários, nos relatos de experiências, como o protagonismo das professoras negras é forte. É um legado que elas deixam, uma marca. E isso tem que se tornar conhecimento, inclusive para que essas experiências possam se transformar em conteúdo para os projetos de formação, que estão lá nas universidades, na formação continuada. O que nos leva a ter uma política, ou uma ação de sucesso, no enfrentamento das questões raciais dentro das escolas. E que esses projetos tenham significados políticos amplos, que não sejam restritos ao individual, que tenham repercussões sociais. Não é para a gente desistir. É para lutar por esses projetos de mundo mais justo, melhor e menos desigual. E que sejam colocados em prática.

5. Ser mulher negra: uma vida dedicada à luta antirracista

Como as mulheres negras lidam com seus desafios? Primeiro, é se reconhecendo como capaz, como potente de realizar e produzir coisas. Mesmo que a nossa família não diga, o mundo à nossa volta nos diz o contrário. Eu acho que, ainda hoje, persiste essa mentalidade, embora com alguns avanços. Mas a minha geração teve que enfrentá-la, mesmo tendo um pouquinho mais de oportunidade que a geração da minha mãe, por exemplo. Não estou falando nem de sonho, mas dos projetos que temos em mente, de vida e de carreira profissional. É um encontro da gente mesmo, de nos descobrir. E é um processo que não se dá da noite para o dia. Até hoje, estou nesse processo, tenho dificuldade de me reconhecer em alguns lugares, tenho dificuldade de me reconhecer como uma intelectual negra, uma escritora negra. E isso vai sendo construído em um diálogo interno, íntimo e na relação com outras mulheres, que vêm trazendo essas pautas. Pensadoras que só agora estão sendo traduzidas no Brasil, como a bell hooks¹³, que fala que as mulheres negras são intelectuais por si só, mesmo não sendo no saber acadêmico, mas no próprio saber de sobrevivência e manutenção da vida. É um pensamento intelectual, inclusive. Isso demorou muito para chegar até nós. Penso que as próximas gerações vão poder se beneficiar muito.

Segundo, são as oportunidades que não são dadas. A minha família foi uma exceção dentro do meu bairro, pelo fato de meus irmãos e eu termos conseguido fazer o curso superior. Não é só porque a gente batalhou, pois as oportunidades são muito desiguais. E para os outros colegas, amigos de bairro e de caminhada, de trajetória, a vida foi muito diferente. As barreiras sociais e

13 bell hooks nasceu em 1952 em Hopkinsville, uma cidade rural do estado de Kentucky, no sul dos Estados Unidos. Formou-se em literatura inglesa na Universidade de Stanford, fez mestrado na Universidade de Wisconsin e doutorado na Universidade da Califórnia. Seus principais estudos estão dirigidos à discussão sobre raça, gênero e classe e às relações sociais opressivas, com ênfase em temas como arte, história, feminismo, educação e mídia de massas. É autora de mais de trinta livros de vários gêneros, como crítica cultural, teoria, memórias, poesia e infantil. Fonte: <https://editoraelefante.com.br/quem-e-bell-hooks>

raciais são várias. E isso vale tanto para o homem quanto para a mulher – mas acho que para a mulher são mais fortes. Eu descobri formas e estratégias para driblar o acúmulo de jornada. Se eu fosse pensar, eu não teria feito mestrado, doutorado, nada disso. Quando eu fiz estes cursos, já estava mais velha. Terminei o mestrado com 39 anos e o doutorado com 50. Quando eu fiz o mestrado, meus filhos eram pequenos, só tive dispensa de um horário. No outro continuei trabalhando, foi muito difícil, não tive bolsa. Para as mulheres, é muito difícil. E para as mulheres negras, é ainda mais. Ter que conciliar as tarefas e esse acúmulo de trabalho, isso é um grande desafio. Só querendo fazer mesmo que a gente consegue terminar.

As ações afirmativas estão beneficiando algumas gerações. As gerações posteriores à minha já garantiram as vagas e as bolsas, e espero que essa política continue por mais algum tempo. Ela será reavaliada em breve, mas é fundamental ter políticas de ações afirmativas para os grupos mais discriminados no Brasil, especialmente a população negra e indígena. Outra coisa muito desafiadora para mim e para várias mulheres negras da minha geração é o fato de o meio acadêmico ser muito masculino. Principalmente no curso de História, você via poucas mulheres seguindo a trajetória de fazer um mestrado. Eu demorei para fazer mestrado, porque achava que não tinha condições, que eu não tinha competência, que esse negócio não era para mim. Quando eu via uma pessoa fazendo mestrado, achava uma coisa do outro mundo. Claro que a área da educação é predominantemente feminina, mas quanto maiores as exigências acadêmicas, ela vai se tornando mais masculina. Acho que isso é um desafio muito grande.

E a questão de a gente fazer as pazes com a gente mesmo. De se assumir no processo. Como mulher negra, inteligente, que pode, que tem condição, capacidade, repertório, conteúdo e argumento. E, para complementar, eu penso que o que tem nos ajudado é essa coisa do coletivo. Não dá para ficar no campo do individual. Quando você tem possibilidade de discutir coletivamente, fica menos difícil. Não é que deixa de ser difícil não, só fica menos difícil. Esse agrupamento e movimentos de mulheres, as formas de se reunir, de conversar e até desabafar, de qualificar todo esse contexto com reflexões das experiências e as reflexões teóricas também, faz muita diferença e tem que ser ampliado. Cada vez mais, grupos de mulheres de todas as idades vêm surgindo e se organizando. Antes, em Belo Horizonte, dava para contar nos dedos quantos movimentos existiam. Hoje, tem uma infinidade deles, protagonizados por jovens negras que se organizam em grupos de estudos e de discussão, em movimentos políticos, não apenas no meio acadêmico, mas nos bairros, nas comunidades. Tem as mulheres quilombolas e as mulheres indígenas, que estão se organizando para trazer essas discussões para a pauta. E as inspirações, como eu falei, na adolescência a gente se inspirava nas artistas, hoje em dia a gente se inspira, também, nessas mulheres que chegaram antes e que estão aí, representando muito bem todo esse esforço e esses legados, que nos fazem pensar: “É possível chegar lá e ter uma posição”. Não no sentido de posição econômica, mas uma

posição importante dentro da sociedade em que a gente vive, trazendo uma contribuição para o grupo do qual fazemos parte, para a nossa população.

Eu gosto muito do exemplo de uma professora do Rio de Janeiro, Giovana Xavier, da UFRJ¹⁴. Ela fala que a gente sempre trata as pensadoras negras como exceção. E cada vez que elas vão se revelando, a gente chega à conclusão que há uma constelação dessas pensadoras, não é uma ou outra. Quanto mais se pesquisa, mais se descobre essas mulheres negras de destaque. Ao longo de séculos, surgiram mulheres importantíssimas que deram contribuições enormes. Isso também é muito reconfortante. Fazer parte dessa constelação de mulheres que está fazendo a diferença, que estão se movendo, mesmo que seja um pouquinho. A gente fala: “Não move a estrutura, mas balança um pouquinho”.

E eu gostaria de ser lembrada como uma professora negra que dedicou a vida a toda à discussão racial e por toda a minha trajetória, que começou muito cedo. Por uma vida de entrega e também de muito envolvimento. Quero ser lembrada como a professora negra que se envolveu e dedicou uma vida às questões de justiça racial e de luta antirracista.



*Diretora da Escola Municipal Florestan Fernandes.
Belo Horizonte, 2008.*

Crédito: Wanderson Carlos da Silva Ferreira Oliveira

¹⁴ Professora da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ. Formada em história, mestra (UFF), doutora (Unicamp) e pós-doutora (New York University).